

DISPUTAS E O DIREITO A CIDADE: O “RIO DE JANEIRO VIVIDO” E O “RIO DE JANEIRO VENDIDO”

Disputes and the right to the city: the “lived Rio de Janeiro” and the “Sold Rio de Janeiro”

Milene Gomes Ferreira Mostaro
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil
milenegferreira@hotmail.com



RESUMO

O presente trabalho vai articular as relações entre cidade, samba, territorialidade e turismo, buscando entender como esse encadeamento tenta, através de estratégias fomentadas pelo capital, mover e reconfigurar espaços dentro da cidade do Rio de Janeiro. Nossa proposição neste trabalho é, portanto, indicar as relações existentes entre o turismo e o uso da cidade como espaço político. Para isso, iniciarei o artigo com um breve resumo das práticas sociais do turismo, seus usos e conflitos. Depois, irei trazer falas das musicistas que elucidam a questão territorial, indicando aspectos geográficos em seus discursos. Por fim, irei refletir sobre o papel do turismo em atravessar as lacunas existentes entre o Rio de Janeiro “vivido” e o “vendido”. Nosso corpus engloba as matérias jornalísticas que abordaram este tema, além das publicações nas redes sociais e uma parcela do meu escopo de entrevistas semiestruturadas através de História Oral, desenvolvido na minha pesquisa de mestrado, defendida em março de 2021 no PPHBPC. Pela Fundação Getúlio Vargas. A pergunta que norteia essa pesquisa é: como a transformação do local em “turístico” fez o espaço para vendas ser “maior” que o espaço cultural destinado ao samba? Assim, entendemos neste artigo que as alterações socioespaciais provocadas pelo neoliberalismo, é atravessado por conflitos e disputas em torno da apropriação do território, no nosso caso, no Largo de São Francisco da Prainha – Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Turismo; Cidades; Território; Rio de Janeiro.

ABSTRACT

This paper will articulate the relationship between the city, samba, territoriality and tourism, seeking to understand how this linkage attempts, through

strategies promoted by capital, to move and reconfigure spaces within the city of Rio de Janeiro. Our aim in this paper is therefore to point out the relationship between tourism and the use of the city as a political space. To do this, I will begin the article with a brief summary of the social practices of tourism, its uses and conflicts. Next, I'll bring up some of the musician's speeches that elucidate the territorial issue, indicating geographical aspects in their speeches. Finally, I will reflect on the role of tourism in bridging the gaps between the "lived" Rio de Janeiro and the "sold" Rio de Janeiro. Our corpus encompasses the journalistic articles that addressed this topic, as well as posts on social networks and a portion of my scope of semi-structured interviews through Oral History, developed in my master's research, defended in March 2021 at PPHBPC. Fundação Getúlio Vargas. The question guiding this research is: how did the transformation of the site into a "tourist" one make the space for sales "bigger" than the cultural space for samba? Thus, we understand in this article that the socio-spatial changes caused by neoliberalism are crossed by conflicts and disputes over the appropriation of territory, in our case, the Largo de São Francisco da Prainha - Rio de Janeiro.

Keywords: Tourism; Cities; Territories; Rio de Janeiro.

INTRODUÇÃO

Quando pensamos no Brasil enquanto “marca”, acionamos alguns termos e características, como o “país do samba e do carnaval”. Quando afunilamos essa narrativa ao Rio de Janeiro, este estigma é ainda mais forte. A cidade que possui grande importância na história do samba, usa a trajetória da construção cultural deste ritmo a seu favor como atrativo turístico. No entanto, é necessário refletir se o que é vendido é, de fato, consumido e vivido pelos moradores.

Para isso, é importante pensarmos sobre o turismo com toda sua complexidade e contradição impregnado em um sistema capitalista que, por consequência, reflete as práticas turísticas em práticas sociais. É através deste arranjo urbano que o crescimento econômico se esconde nos aspectos políticos, sociais e ideológicos indicando o espaço urbano também como um “jogo de poderes”. Essa construção de espaços desiguais (Santos, Elicher, 2013), reflete o quanto o turismo está imbricado na estratégia urbana das cidades, entendendo os espaços como locais de transformação. A partir daí, os espaços adotam dinâmicas diferentes de acordo com a pretensão de



obtenção de lucros, trazendo uma parcela da população da cidade e os turistas. Como exemplo dessas disputas, irei analisar a querela em torno do Largo da Prainha e a retirada de tradicionais rodas de samba do local com o objetivo de ampliar o número de mesas dos bares e restaurantes. Nosso corpus engloba as matérias jornalísticas que abordaram este tema, além das publicações nas redes sociais do Moça Prosa e, por último, parte do meu material de pesquisa do mestrado¹ onde coletei entrevistas semiestruturadas² das participantes. A pergunta que norteia essa pesquisa é: como a transformação do local em “turístico” fez o espaço para vendas ser “maior” que o espaço cultural destinado ao samba?

Assim como defende Coriolano (2006), o turismo não pode ser visto apenas pelo lado romântico do “avanço” já que, assim como o capital, o desenvolvimento econômico gera violência, desarticula espaços e altera locais para criar sua própria regra e leis. Coriolano também destaca que o turismo enquanto agente econômico, utiliza a “acumulação capitalista em detrimento das necessidades básicas dos trabalhadores locais” (Coriolano, 2006, p.372), entendendo o espaço de forma utilitarista, como mercadoria global. Todo o percurso histórico do turismo perpassa pelo viés classista. Lefebvre (2008) defende que, desde as épocas burguesas, o lazer esteve subordinado à mais-valia. Para o autor, o lazer só é experienciado por alguém, se existir um trabalhador que torne possível essa prática. Assim, de forma contraditória, o lugar de lazer para um, é o local de trabalho para outro. Concordando com Lefebvre (2008), a relação do espaço urbano com seus usos nos evidencia que o lazer está sempre subordinado a uma relação de poder e consumo. Podemos dizer, então, que a relação existente é um reflexo de como a sociedade se desdobra.

¹ AUTOR-AUTOR-AUTOR.AGUARDANDO AVALIAÇÃO DUPLO CEGA.

² O material possui treze entrevistas individuais realizadas através da plataforma de videoconferência Zoom, solução contingencial para dar andamento a pesquisa no contexto da COVID-19. As gravações contam com cerca de 12 horas e mais de duzentas páginas transcritas. A maior entrevista possui cerca de 1:35 minutos e a menor cerca de 45 minutos com os grupos de samba “Moça Prosa” e “Samba que Elas Querem”.



Neste caminho, o Rio de Janeiro é uma cidade comprometida com o turismo, com sua paisagem urbana, natural e, sem dúvidas, pela sua pluralidade cultural. Desta forma, investir em estratégias que transformem áreas em opções de lazer e entretenimento faz parte de projetos de política pública da cidade. No entanto, assim como Cruz (2008) aponta, essa preocupação com o desenvolvimento nem sempre tem o viés ideológico com intuito de fortalecer a população local, e sim torná-lo atrativo para o capital privado. A Zona portuária e parte da região central do Rio de Janeiro evidencia essa relação público-privada do turismo que “empurra” ou silencia a população existente.

A região central do Rio de Janeiro possui em sua historicidade, um traço cultural extremamente importante para a construção da cidade. A “Pequena África”, termo alcunhado por Heitor dos Prazeres³, abarca a região composta pelos bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, desde a Praça Mauá até a Cidade Nova. A localidade englobava ações do grupo de escravos recém-libertos que se estabeleceu na região portuária, construindo um local de memória, cultura e rituais africanos até os dias atuais (Autor, 2021). Dentro deste entorno, alguns lugares possuem maior destaque cultural, sobretudo quando falamos em samba. A Pedra do Sal, por exemplo, possui ainda hoje destaque para eventos, rodas de samba, sendo um espaço de cultura e lazer. Mesmo após o fim da escravidão, o território negro permanecia presente na região com casas, ranchos, terreiros e mantinham-se ali importantes organizações de trabalhadores negros no porto. (Mattos e Abreu, 2011). A algumas centenas de metros da Pedra do Sal, está o Largo do São Francisco da Prainha. Localizado aos pés do Morro da Conceição, assim como toda a região portuária, tem em sua história a presença de escravos, trabalhadores da estiva, de atividades portuárias e de operários das indústrias. A população que ali vivia tinha a apropriação do espaço público como parte de seu

³ Heitor dos Prazeres foi um compositor, cantor e pintor brasileiro. Foi um dos pioneiros na composição dos sambas e participou da fundação das primeiras escolas de samba do Brasil.



cotidiano. Hoje, o lugar permanece como um dos locais de encontro para manifestações religiosas, culturais e carnavalescas (Autor, 2021).

Neste sentido, grupos de samba reforçam seus laços e trazem seus ritmos para compor essas manifestações. O grupo de samba “Moça Prosa” que será nosso estudo de caso, evidencia como o capital se apropria de relações culturais já estabelecidas. Criado em 2012, as integrantes se conheceram em uma oficina de percussão na Pedra do Sal, criada já com o propósito de fazer um grupo feminino, com o nome já pensado pelo idealizador Wagner Silveira. O grupo era composto por doze mulheres que, mesmo após o fim da oficina, resolveram continuar a tocar e, em abril de 2012, fizeram a sua primeira roda de samba. Antes da pandemia, além de uma agenda cheia, o grupo se apresentava mensalmente no Largo do São Francisco da Prainha, onde se conheceram, na região da Praça Mauá. É importante ressaltar que, além de samba, o local contava com a rede de relacionamentos como uma feira de gastronomia, moda, artesanato e literatura negra. Formado por Fabiola Machado e Jack Rocha (vocais), Claudia Coutinho (cavaco), Ana Priscila (tamborim), Taina Brito (surdo), Dani Andrade (caixa) e Luana Rodrigues (tantã), o grupo hoje possui quatro integrantes que estão desde a sua fundação. O local escolhido recebe este nome, pois existia ali uma pequena praia, que se estendia até a Praça Mauá. Após sucessivos aterramentos, a praia desapareceu. No meio da Praça, há a estátua de uma mulher de pés descalços, mão na cintura, turbante e uma pose de dança. É Mercedes Baptista, a primeira bailarina negra do Teatro Municipal, inventora do balé afro-brasileiro que buscava inspiração nas danças do candomblé.

Toda essa contextualização é importante para trazer a relevância cultural e de memória do local. Toda a Pequena África é parte de uma história viva que se desdobra em eventos e manifestações culturais. Vale destacar que o grupo “Moça Prosa” via ali como sua casa e seu espaço. Com rodas gratuitas mensais, o grupo produzia os eventos contratando equipamento de som, seguranças, banheiros químicos buscavam toda a estrutura necessária



para que o evento ocorresse. O público também era “diferenciado” segundo as participantes. Ali, elas se sentiam mais livres e entendiam que a roda funcionava como um local de debates, de acolhimento e música, entendendo que o papel delas enquanto mulheres musicistas, era estar presente fazendo “política” através de suas existências na roda de samba. A partir da demarcação dessa territorialidade, o local se torna a cara do grupo, e por consequência, o local onde as suas narrativas, identidades, memórias, performances e ações para redesenhar o papel da mulher nas rodas de samba, se torna mais efusivo e mais facilmente captado.

No entanto, estar “na rua” também faz parte de uma disputa de territórios e poder. Com as primeiras flexibilizações em 2021 e avanço da cobertura vacinal contra a COVID-19, os lugares abertos começaram a ser autorizados a funcionar. O Largo de São Francisco da Prainha foi um dos locais que, aos poucos, foi se reinventando. A praça passou a ser tomada por mesas de onze bares que se espalham pelo local (antes da pandemia eram apenas 4 restaurantes) e, aos poucos, a praça começou a ganhar espaço dos bares e, quando o Moça Prosa consegue retomar o evento, já não são mais “bem-vindas”.

É diante deste processo de disputa territorial entre os laços culturais promovido pela roda de samba e o setor privado estabelecido no local, que essa querela se dá. Assim, buscaremos entender como o turismo e o lazer se aglutinam e se contrapõem ao poder do capital.

REVISÃO DE LITERATURA

Pensando nos usos da cidade por uma perspectiva musical e territorial, há uma existência contraditória onde certos espaços com atividades musicais podem acionar agregações e desconfortos, de forma simultânea (TROTTA, 2007). Ao debruçarmos o olhar sobre o direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), dois nomes aparecem com frequência nos estudos territoriais de música na cidade do Rio de Janeiro: Cintia Fernandes e Micael Herschmann. Os dois possuem



trabalhos que buscam refletir sobre o papel da música na transformação da paisagem sonora da cidade, principalmente em espaços públicos e híbridos. Eles apontam como uma localização pode ter sua “função” alterada de acordo com a música, como ocorreu, por exemplo, na Praça São Salvador, no bairro Laranjeiras. Segundo apontam, a praça que hoje é conhecida como a “Praça do Choro e do Samba” teve sua apropriação a partir de iniciativa dos moradores locais ao verem o descaso dos órgãos competentes da prefeitura (FERNANDES et al, 2015).

David Harvey dialoga com a concepção de que os espaços públicos produzem conflitos e contradições. No entanto, para o autor, a cidade é vista como uma arena e que deve ser utilizado “como um espaço importante de ação e revolta política” (Harvey, 2014, p. 213). Harvey vai indicar que o direito passa, também, pela ação. “o direito à cidade se torna “um significante vazio. Tudo depende de quem lhe vai conferir significado [...] A própria definição de ‘direito’ é objeto de uma luta, e essa luta deve ser concomitante com a luta por materializá-lo” (Harvey, 2014, p. 20 e 244). Assim, o direito não se embasa em uma conquista individual, mas a partir de mudanças conjuntas onde, na maioria das vezes, possuem grupos e atores negligenciados. Pensar por essa ótica, traz um debate sobre como os espaços e lugares na cidade projetam poderes, hierarquias e estão intimamente ligados ao capital (LEFEBVRE, 2001).

Ainda para Harvey, o direito à cidade passa pela premissa de mudar a nós mesmos através da mudança da cidade (Harvey, 2012). Assim, o direito não se embasa em uma conquista individual, mas a partir de mudanças conjuntas onde, na maioria das vezes, possuem grupos e atores negligenciados. Pensar por essa ótica, traz um debate sobre como os espaços e lugares na cidade projetam poderes, hierarquias e estão intimamente ligados ao capital. A aproximação do controle urbano com o capitalismo não passa apenas pelos traços hierárquicos de poder. Assim como o capital, a urbanização também depende de excedente. Nos dois casos, o excedente é primordial para alcançar a mais-valia que, gera produção, produto e, de forma paralela, crescimento da urbanização. Desta forma, há a criação de um novo estilo de vida urbana, onde o capital possui uma centralidade acima



dos direitos, o que retoma nossa discussão quando falamos sobre o Rio de Janeiro e seus moradores, no que se refere aos processos de gentrificação e perda do uso da cidade. Neste sentido, Harvey afirma que o processo de urbanização desempenha uma função importante na absorção de excedentes do capital “e que o tem feito em escala geográfica cada vez maior, mas ao preço de processos florescentes de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito à cidade” (Harvey, 2014, p.59).

A concepção do direito à cidade traz à tona a fragilidade civilizatória onde práticas são alijadas, memórias são silenciadas e há desacordos em diversas esferas na cidade, sobretudo quando há diferentes classes sociais coexistindo o mesmo espaço. O que deveria ser as aspirações conjuntas de quem trabalha, sobrevive e produz no espaço urbano, está marcado pelo poder, muitas vezes de forma unilateral, com definições de práticas e formas de se viver. Neste sentido, Harvey afirma que a liberdade e o direito “de fazer e refazer a nós mesmos e a nossas cidades é um dos nossos direitos humanos mais precisos, ainda que seja um dos mais menosprezados (Harvey, 2014, p. 28).

Ao entender que a produção de espaço está intimamente ligada a um processo político e econômico, a segregação social se torna evidente. Em um cenário global onde cidades são mercantilizadas, grandes consequências são geradas a partir deste olhar. Grandes capitais carregam os mesmos elementos onde as grandes elites ocupam as centralidades, ao passo que a grande maioria da população, se desdobra entre condições de moradia, melhora na mobilidade urbana, e formas de estar presente nas ruas. Assim, é possível trazer o debate sobre a definição do direito à cidade. Se o espaço traz consigo um caráter político, ele possui por si só, uma disputa vencida. Se o espaço tem um aspecto ameno e neutro, é porque ele já foi ocupado. O espaço é sempre ideológico, com formatações existentes a partir de criações e recriações.

Trazendo a contextualização para o samba, nosso objeto de estudo neste artigo, as disputas territoriais e o direito ao espaço é algo intimamente ligado ao ritmo desde sua criação. Os batuques eram aceitos quando tocados por orquestras, ou com um caráter folclórico e estilizado, sendo consumido pela elite nacional. Quando tocado nos bares pelos cantores e instrumentistas, na sua grande maioria ex-escravos, era visto pela autoridade policial como prática de vadiagem sendo, por muitas vezes, levados para a cadeia (BARBOSA, 2020). A marginalização “desaparece” com a legitimação do samba enquanto identidade nacional, criado, forçadamente, sobre a égide da unificação de um país moderno, democrático e miscigenado (AMARAL, 2009). Quando pensamos em disputas, não necessariamente é algo dicotômico, como certo e errado, mas processos que se coexistem na cidade. São configurações variadas e sazonais, onde há temporalidades de grupos, narrativas e poderes (SARAIVA, 2020).

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, a pesquisa envolve a combinação de diferentes técnicas de coleta de dados, destacando a análise crítica das narrativas de acordo com as matérias jornalísticas consultadas, junto com o material empírico utilizado das entrevistas semiestruturadas de História Oral das musicistas. As entrevistas fazem parte do material empírico coletado durante a pesquisa de Mestrado desenvolvida por mim no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, que também será utilizado como parte do corpus da pesquisa de doutorado, do mesmo programa. Se trata de entrevistas com musicistas de samba de roda do Rio de Janeiro. As entrevistas foram gravadas de forma online através do aplicativo de videoconferência Zoom, solução contingencial para coleta das fontes, em um contexto de isolamento social, de maio a julho de 2020. O material possui cerca de 12 horas de gravações em um total de 13 entrevistadas. Vale ressaltar que roteiro e abordagem metodológica foi aprovado pelo comitê de ética da FGV, tendo todas as



cartas de sessão lidas e assinadas pelas entrevistadas. O material está guardado em nuvem e computador pessoal, sendo todo transcrito e separado por categorias e temas para pesquisas e desdobramentos futuros.

As entrevistadas foram escolhidas por participarem de grupos musicais compostos exclusivamente por mulheres. De forma específica, o corpus envolve a atuação direta na rua com rodas de samba gratuitas. Para o recorte deste artigo, foram utilizados trechos das entrevistas das musicistas que compõem o grupo “Moça Prosa”, que poduzem rodas de samba mensais na região portuária do Rio de Janeiro.

Ao pensarmos na análise narrativa das reportagens, é importante dialogarmos com Motta (2009) que defende que a narrativa é uma prática humana universal. É através dela que os indivíduos contam suas histórias ou narram um fato. A narrativa, então, é capaz de trazer sentido e estruturar uma significação. Pensar em como a história é contada, através da narrativa das reportagens, é fundamental para entendermos quem está contando, como está contando e quais significados pretendem colocar no texto.

É através desta criação que o nosso ambiente social é composto, interpretando e dotando de sentidos as nossas ações. Assim, utilizar a análise crítica da narrativa é um caminho importante para dar sentido as reportagens utilizadas, bem como as publicações do grupo em suas redes sociais, além de comentários dos participantes da roda que reforçam esse elo. Dentro desse jogo, a narrativa pretende “atrair, envolver e convencer o interlocutor, trazê-lo para o jogo da coconstrução compartilhada de sentidos (ainda que muitas vezes essa cooperação possa ser conflituosa)” (Motta, 2013, p.11).

Já em relação ao uso de alguns fragmentos das entrevistas coletadas no mestrado, é importante acionar aqui a História Oral como fio condutor dessa narrativa. Entender e interpretar o que o entrevistado fala é de extrema importância para que se respeite sua fala, suas pausas e seus silêncios. Segui o que Alberti (2005) chamou de responsabilidade do entrevistador enquanto coagente na criação do documento de História Oral. A interação e a

observação desses elementos foram fundamentais para a condução dessas entrevistas. Por ora, vale indicar que essa metodologia, aliada a um roteiro semiestruturado e individual (Gil, 2008), foi crucial para captar narrativas individuais e plurais de cada componente. As experiências vividas e relatadas pelas entrevistadas indicavam locais pelos quais eu deveria passar para analisar suas falas durante essa caminhada, compreendendo melhor os processos de constituição dos grupos e a atuação das participantes nas rodas. Buscar entender e interpretar suas falas e seus posicionamentos, seja na entrevista, seja nas reportagens, será o que pretendo elucidar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dotar um lugar de significado pode ser um processo natural que possui diversas formas de experiências, a partir de quem as vive. Para Abreu (1998), os lugares podem conter processos singulares que só conseguem ser explicados a partir das realidades locais, mesmo que haja ponto de interseção de processos sociais. Entender essa dinâmica de um determinado lugar é de extrema importância ao tentar interpretar sua história e sua memória.

Yo-Fu Tuan defende ao dizer que um local pode ser transformado de acordo com o valor que lhe atribuímos “o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e dotamos de valor” (Tuan, 1983, p.6).

A partir do momento em que esses espaços ganham “a cara” do grupo Moça Prosa, considero que essas alianças com o público ocorrem não apenas durante a apresentação, mas também em seu entorno. Como se fosse necessário demarcar que além da roda, aquele espaço é também um local em que se desenvolvem narrativas e ocupações que caminham na mesma direção da identidade do grupo que ali se apresenta e performa. Maffesoli afirma que essa noção de identidade de um grupo se manifesta na “efervescência festiva” (2012, p. 236). Para o autor, “é pelo coletivo que todos se satisfazem, satisfação que por sua vez solidifica o bem-estar comum”



(Maffesoli, 2005, p. 14). Este trecho do depoimento de Jack Rocha, percussionista do grupo, revela como o entorno da roda traz uma importante construção do que seria a identidade do grupo no Largo de São Francisco da Prainha:

a gente tem uma feira gastronômica, a gente tem uma parceria com mulheres que produzem, confeccionam né, todo o mercado informal que tá presente e se une com a gente para produzir, para acontecer esse samba. (...)A gente tem uma base de mulheres, mulheres e homens que estão em conexão com a gente. Eles ajudam a gente a produzir esse evento né? É um evento lá no Largo da Prainha que é todo terceiro sábado do mês. Antes dessa pandemia, dessa loucura toda acontecer, a gente tinha esse trabalho fixo lá no Largo da Prainha né? Então todo terceiro sábado do mês a gente tava ali fazendo o nosso evento, acreditando que esse evento também era um movimento que proporcionava para o Moça Prosa a roda de samba, mas que também proporcionavam para aquelas pessoas que estavam ali trabalhando.⁴

O entorno da roda passa a pertencer ao contexto do evento, sendo parte da experiência. Experiência aqui entendida pela ótica de Yi-Fu-Tuan (1983): "Experiência é um termo que abrange as diferentes maneiras por intermédio das quais uma pessoa conhece e constrói uma realidade" (Tuan, 1983, p.9). Esse lugar "construído" através das experiências e das vivências nas rodas de samba busca elaborar uma realidade que está intimamente ligada à construção da memória das "tias baianas"⁵, mulheres fundamentais na história do samba de roda carioca. Fabiola Machado, vocalista do grupo, defende como a memória dessas matriarcas permanece como um elo e modelos para as ações dessas musicistas já que, de forma contemporânea, essa rede de apoio cercada de mulheres empreendedoras nos remete a memória das "tias" que vendiam e faziam seus quitutes no início do século.

⁴ Entrevista com Jaqueline Rocha realizada em 12 de maio de 2020. Entrevistadora Milene Ferreira. Entrevista realizada via internet por Zoom, programa de videoconferência. Duração 1h 34 minutos.

⁵ Tias baianas é a denominação dada às senhoras negras, muitas delas originárias da Bahia, que viviam no Rio de Janeiro em finais do século XIX.

Fabíola também reforça que o espaço é financeiramente importante para quem estabelece essa aliança com as rodas:

quando a gente foi pro Largo da Prainha, aos pés da Mercedes Baptista, a gente ganha também a nossa independência financeira, a gente passa a reger uma feira, uma feira de mais de vinte empreendedoras mulheres fazendo comida, artesanato, gastronomia, que remete muito as mulheres da Bahia né? Essas mulheres que criavam seus filhos, ganhavam suas alforrias com as feiras né? (...) É uma história ancestral, as mulheres exercendo esse poder de feira, de criação, então assim, a gente não tá sozinha, a gente tem uma história por trás né? Então a gente passou a estar junto com a feira, uma vez por mês na rua, com a gente produzindo porque a gente nunca teve produtor.⁶

Figura 2: Roda do Moça Prosa no Largo do São Francisco da Prainha, aos pés da estátua de Mercedes Baptista.



O papel dos grupos nessas rodas se apresenta como um lugar de fala para quem participa desses eventos. Como Jack afirma: “você não tá ali só cantando né, você tá ali mostrando uma verdade, mostrando ali uma

⁶ Entrevista com Fabíola Machado realizada em 10 de maio de 2020. Entrevistadora Milene Ferreira. Entrevista realizada via internet por Zoom, programa de videoconferência. Duração 1h 10 minutos.

esperança para outras mulheres que vão ali te ver, te assistir”.⁷ Jack explicita a ideia do corpo feminino que performa na roda:

A nossa roda do Moça Prosa não é só uma roda de samba, eu acredito muito que a nossa roda é um corpo, um corpo que grita cultura, pertencimento, um pertencimento da mulher negra nessa sociedade e aí como é que grita? Através das nossas composições, através das nossas manifestações na rua, a gente não procura os movimentos sociais, mas eu acho que automaticamente quando a gente está fazendo parte desse corpo na rua esses movimentos sociais, essas mulheres negras, essas militantes, não só negras... outras militantes brancas, negras... Elas surgem para construir esse coletivo com a gente e a gente abre voz, abre voz para essas mulheres porque a gente entende que só através do discurso coletivo que a gente consegue romper barreiras, essa é a nossa militância.⁸

É diante deste pertencimento que surge um novo olhar para a praça. Importante ressaltar que as entrevistas foram realizadas em junho de 2020, no ápice do distanciamento social onde nenhum evento era permitido. As musicistas inclusive falam durante a entrevista sobre dificuldades financeiras e apoios de movimentos e coletivos para ajudarem musicistas e outros profissionais que viviam dos eventos na cidade. Em 2021 com o retorno de algumas atividades ao ar livre, o Largo passa por algumas transformações onde onze estabelecimentos passam a ocupar o local com mesas e cadeiras, cada vez mais disputadas aos finais de semana (VejaRio, 2021), sendo “eleita no último ranking da *Time Out Londres*⁹ como uma das vizinhanças mais descoladas, ou cool, do planeta” (VejaRio, 2022).

⁷ Entrevista com Fabíola Machado realizada em 10 de maio de 2020. Entrevistadora Milene Ferreira. Entrevista realizada via internet por Zoom, programa de videoconferência. Duração 1h 10 minutos.

⁸ Entrevista com Fabíola Machado realizada em 10 de maio de 2020. Entrevistadora Milene Ferreira. Entrevista realizada via internet por Zoom, programa de videoconferência. Duração 1h 10 minutos.

⁹ A *Time Out* é uma revista, hoje em formato eletrônico, que tem inspirado e feito com que as pessoas explorem e aproveitem o melhor da sua cidade desde 1968. A *Time Out* cobre eventos, entretenimento e cultura em cidades ao redor do mundo.

Em outubro de 2021, o grupo Moça Prosa começa a ensaiar o retorno da roda mensal, já com políticas públicas a favor do retorno do samba de roda. Neste contexto, a prefeitura do Rio de Janeiro e a Secretaria de Cultura abriu um edital para o novo programa de desenvolvimento cultural Rede Carioca de Rodas de Samba. Assim iniciou-se um novo cadastro das rodas de samba, estabelecido no Decreto nº 49.709 de 5 de novembro de 2021. O decreto foi legitimado por órgãos como Vigilância Sanitária, Secretaria Municipal de Ordem Pública e Secretaria Municipal de Governo e Integridade Pública. Neste cadastro, o documento procurou ampliar, estabelecer e divulgar o calendário municipal das rodas de samba na cidade. O resultado preliminar do cadastramento foi publicado em 17 de novembro de 2021, onde a roda de samba “Moça Prosa” estava cadastrada.¹⁰

Algumas normas e padronizações também fizeram parte deste novo cadastro: cada roda de samba só poderia se apresentar uma vez na semana, em dia fixo, e em áreas pré-determinadas pela administração municipal. É proibida a venda de ingressos e a Seop (Secretaria de Ordem Pública) fica responsável pela fiscalização do local.

Mesmo com o decreto municipal que permitia o samba, os donos dos bares no Largo da Prainha tentaram negociar pois, segundo as musicistas, os bares precisariam recolher as mesas já que elas só conseguem promover o evento se houver venda de bebidas para custear as locações. As musicistas e os donos dos bares tentaram entrar em um acordo e não conseguiram. Nas suas redes sociais, o Moça Prosa anuncia que “por não serem mais bem-vindas” naquele espaço público, iriam para outra “casa” (O Globo, 2022). O texto publicado por elas na íntegra é um desabafo e um resumo do ocorrido:

Chega uma hora que precisamos falar e a hora é essa.
Queremos comunicar a todas, todos e todes, que nos

¹⁰ Resultado o edital disponível no http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/13886169/4346616/EDITAL_RODA_DE_SAMBA_Resultado_preliminar.pdf



acompanham ao longo desses 10 anos, nosso afastamento do Largo de São Francisco da Prainha, pois por hora não está sendo possível realizar nosso evento do jeito que sempre realizamos, com nossa autonomia, em segurança. Desde novembro/2021 estamos em diálogo com o comércio local do Largo, sob a mediação da subprefeitura da região. Nosso objetivo com essa conversa era planejar, de forma a não prejudicar ninguém, o nosso retorno para a praça, lugar que temos direito de usar por decreto, uma vez por mês, para fazer nossa roda de samba, que se realiza nesse local desde 2016. Suspendemos a roda por conta da pandemia e sabemos que nesse período a organização da praça teve modificações. Não queremos prejudicar ninguém, mas parece que não cabemos mais ali, não com a nossa autonomia, com a nossa roda, como sempre fizemos. Muito foi falado, e por vezes acreditamos que poderíamos chegar em um meio termo do uso de um espaço público, mas não foi o que ocorreu. Agora não há mais possibilidade de insistirmos em uma visão unilateral. Trazemos esse comunicado com muito pesar. Foi muito difícil sair da Pedra do Sal, mas o Largo nos recebeu de braços abertos e nós nos apaixonamos e foi lá que vimos nosso público crescer, foi lá que amadurecemos, foi lá que construímos algo que transcende uma roda de samba... Ali, aos pés de Mercedes Batista. O objetivo aqui é informar ao nosso público, que sempre nos respeitou, que sempre esteve com a gente, o porquê de não estarmos ocupando novamente a nossa casa: não somos mais bem-vindas! Acreditamos que vocês estarão com a gente onde estivermos. Estamos articulando um novo lugar, vamos construir mais uma casa, com a nossa cara, com o nosso posicionamento, com a nossa alegria e o nosso samba! Continuamos sempre contando com vcs! (Instagram @moçaprosa, 14/03/2022)

Os comerciantes tentam reverter essa narrativa, focando na tentativa de recuperação do local, mas a grande batalha se dá em torno da venda de bebidas na roda de samba versus os bares da praça. Ana Priscila, integrante do grupo, comenta na entrevista para O Globo:

A gente da Moça Prosa sempre montou nossa estrutura na raça e na coragem, arcando com prejuízo, mas a gente fazia tudo por uma questão cultural, não era só entretenimento (...). A roda existe há dez anos como espaço da mulher no samba, não é puramente comercial. Estamos ali para ser e fazer resistência e pautar o debate, mas precisamos do sustento da roda, que é através da venda de bebida. Todas as propostas

discutidas com os comerciantes giravam em torno de não termos o nosso próprio bar. E aí não temos o nosso sustento. Só que um meio termo para isso nunca chegava. (O Globo, 22/03/2022)

Houve uma proposta dos bares arcarem com os custos da montagem do evento que seria em torno de R\$ 10 mil reais, mas apenas três casas aceitaram o acordo. O grupo Moça Prosa então chegou à conclusão de que se os bares estivessem abertos, elas teriam prejuízo e não poderiam montar a roda mensal. Ana Priscila reforça que a roda existia há mais de dez anos e rebate “Nós não somos um grupo rolando agora na Prainha, não somos oportunistas. A gente quer voltar para um lugar de onde saiu forçadamente pela conjuntura mundial do vírus” (O Globo, 22/03/2023).

Entendendo toda a polêmica que gira em torno do espaço, podemos acionar Lepetit (2001), pensando em novas formas de usos a partir de reapropriação e redefinição de antigas normas. Através de projetos e estratégias, o território urbano produz uma nova configuração a partir da demanda. Essa nova organização dos espaços urbanos, sob o enfoque do turismo, traz a querela de uma nova história (cheia de conflitos) territorial. Concordando com Moraes ao confirmar essa relação ao dizer que o território é um produto socialmente produzido. Para o autor, o território é, portanto, “uma expressão da relação sociedade/espaço” (Moraes, 2000, p. 17).

Ana Priscila, musicista e percussionista do grupo, lamenta a briga e diz que preferem evitar uma “praça de guerra” no ambiente. Em entrevista ao jornal O GLOBO, ela se questiona “Será que vale a pena colocar o público num lugar onde o comércio em volta deixou claro que não quer que a gente ocupe o espaço?” (OGlobo, 2022). Esse processo de reprodução do capital, indica o modo de ocupação da cidade, reproduzindo o uso do espaço de acordo com o capital e do lucro. Para Carlos (2003), essa ocupação de espaço pela sociedade é baseada no mecanismo da apropriação privada, onde o uso e solo é a condição principal da construção e produção da



humanidade e do que entendemos de sociedade. E é assim, que se determina a configuração do espaço urbano.

Quando aproximamos essa relação do uso da cidade com o turismo, pensamos que a cidade se relaciona e possui apelo turístico não somente pela sua forma, mas pela sua valorização cultural. Para Cruz (2011), todo espaço urbano pode assumir seu valor cultural e se tornar turístico, quando profissionais do ramo percebem suas qualidades e os transforma em atrativo. Nesse sentido, surge o conceito de território turístico, quando se apropria da produção social, cultural e história, e ganham novos significados para serem consumidos. No entanto, quando o espaço se apropria da narrativa cultural para atrair turistas somente pelo consumo vazio, essa estratégia se perde na efemeridade de seus usos. No caso do Largo do São Francisco da Prainha, é notório que o local passa por um chamariz de público no início da flexibilização do uso da cidade pós pandemia. Toda a conjuntura política e local ajuda como um chamariz turístico de bares “ao ar livre”. Assim, o uso turístico começa a ser exacerbado com novos clientes, preços inchados, e pessoas que vão para o consumo turístico gastronômico sem, necessariamente, entender o lado cultural e memorial.

Exemplo desta alteração são os comentários nas redes sociais e nas reportagens do público que sempre frequentou a roda e via na roda de samba, uma história importante de ser vivida e consumida. Um dos comentários na reportagem indica “O Rio todo tá indo para esse lugar. Todo mundo tá querendo tirar uma boquinha disso. Já de longe não tem o mesmo público que tinha antes, se duvidar isso daí vai virar uma nova Dias Ferreira, só com playboy e patricinha da Zona Sul.” (O GLOBO, 2022). Outro comentário adiciona “Aqui no RJ é muito comum lugares bacanas ficarem em evidência e perder completamente sua identidade.” (O Globo, 2022).

Essa política de gentrificação dos consumidores da cultura local, evidencia o que Smith chama de política do urbanismo neoliberal (Smith, 2006), caracterizando não só o distanciamento do uso da cidade pelos

moradores, mas toda a influência no mercado imobiliário, na política local, nos interesses privados e outras características consoantes com o contexto social considerado. Essa política neoliberal, busca transformar significados e ocultar representações simbólicas. É o caso da revitalização na região com novos empreendimentos como o Museu de Arte do Rio, o Boulevard Olímpico, o Museu do amanhã que, ao mesmo tempo, oculta a marca histórica da região silenciando a ancestralidade africana dessa região. Desta forma, Albinati (2017) entende que a apropriação do patrimônio dessa região entende a escravidão como algo passado, pensando na apropriação atual como mercadológica, sem reflexão. Como se o passado fosse dos negros, o futuro fosse dos brancos (Santos, 2020).

Essa reestruturação urbana começa a ser revelada a partir da crise do modelo fordista nos anos 1970. Esse padrão flexivo de aumento de riqueza e apropriação espacial, encontra no enfraquecimento dos Estados Unidos em controlar seus territórios. De forma global, as instâncias governamentais começam a flexibilizar e retirar poder de localidades, sobretudo nos anos 90, e começa uma intensificação de estratégias através do marketing, para o chamado empreendedorismo urbano. Surge então um objetivo de transformar a cidade em mercadoria e os diversos territórios da cidade vão sendo alterados para o controle privado.

[...] os espaços capturados pelas relações de produção capitalista, que são incorporados aos processos de reestruturação urbana em curso, podem se destinar à produção ou propriamente ao consumo do espaço (por meio de operações vinculadas ao turismo e lazer, operações imobiliárias e, finalmente, operações voltadas ao consumo da cidade, estimuladas pela publicidade) (Sánchez, 2003, p. 45).

Esse processo inerente a globalização, faz com que o espaço vire uma mercadoria como outra qualquer. O espaço urbano passa a se tornar uma arena de poderes onde o capital privado passa a gerenciar, organizar e

resistência, é “engolido” muitas vezes por um sistema que trabalha para o lucro. No turismo, o território pode ser transformado em uma mercadoria voltada para o consumo. De forma rasa, essa alteração mercadológica pode evidenciar um grande consumo superficial, sem que a essência seja vivida. Além disso, esse consumo voltado apenas para o lazer sem reflexão, gera um uso indevido gentrificando moradores e consumidores que frequentava o lugar pelo seu apelo histórico e ancestral. O local, antes visto como um “lugar identitário”, é transformado inclusive para essa população, que passa a frequentá-lo como espaço de trabalho.

Cria-se então uma paisagem fictícia com ausências de história e identidade, caracterizando o espaço como um não-lugar (Tuan, 1983), indicando o turismo como propulsor desse processo. Apropriar-se de um patrimônio e um conjunto cultural apenas com interesses de reprodução capital, reduz o turismo a uma indústria exploratória.

No Rio de Janeiro na última década, houve uma mudança na governança urbana com reestruturações, sobretudo na parte central da cidade. No entanto, as alterações socioespaciais experencia o neoliberalismo e é atravessado por conflitos e disputas em torno da apropriação do território. O caso do grupo Moça Prosa nos indica como o capital adentra espaços culturais e gera impactos socioespaciais. Neste caminho, é importante entender e refletir quais caminhos o turismo deve adotar para que a população tenha direito ao uso da cidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abreu, M. (1998). Sobre a memória das cidades. *Revista Território*, 4, 5–26. DOI: 10.22296/2179-8966v4n0p5-26

Alberti, V. (2005). Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. *História oral*, 8(1). DOI: 10.5433/1519-5392.2005v8n1p0

Albinati, M. (2017). Cultura e planejamento urbano na Zona Portuária Carioca. *Revista e-metropolis*. DOI: 10DOI: 10.22296/2179-8966v4n0p5-26



Coriolano, L. N. M. T., & Silva, S. D. M. (2006). Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. *América Latina: cidade, campo e turismo*, 367-378. DOI: 10.1590/S1413-77042006000100020

Cruz, A., & Pinto, H. (2008). A cidade eo turismo: o urbano como produto turístico.

Cruz, F. (2011). Mídia e direitos humanos: tensionamentos e problematizações em tempos de globalização neoliberal. *Revista Katálysis*, v, 14, 182–190. DOI: 10.1590/S1414-49802011000200003

De Freitas, G., Correa, A. H., Gil Filho, & Fausto, S. (2008). Geografia do cotidiano: uma leitura da metodologia sócio-interacionista de Erving Goffman. *Ateliê Geográfico*, 2, 103–118. DOI: 10.5216/ag.v2i0.3980

de Lima, L. (2022, março 22). Ocupação do Largo da Prainha provoca disputa entre donos de bares e grupo de mulheres sambistas; entenda. *O Globo*. <https://oglobo.globo.com/rio/ocupacao-do-largo-da-prainha-provoca-disputa-entre-donos-de-bares-grupo-de-mulheres-sambistas-entenda-25442588>

Filho, A., & Da, S. (2010). As Contribuições de Henri Lefebvre para o Estudo do Turismo. ANPTUR.

Hebe, & Abreu, M. (2001). Remanescentes das Comunidades dos Quilombos”: memória do cativo, patrimônio cultural e direito à reparação. *Iberoamericana*, 42(11), 145–158. DOI: 10.5195/iberoamericana.2001.2894

Landim, C. B. e. (2022, fevereiro 18). Por que o Largo da Prainha tem dado o que falar. *VEJA RIO*. <https://vejario.abril.com.br/cidade/largo-da-prainha/>

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

Maffesoli, M. (2005). *Cultura e comunicação juvenis. Ritmos do imaginário*.

Mostaro, M. G. (2021). *Sempre fui obediente, mas não pude resistir”: narrativas de mulheres musicistas em rodas de samba do Rio de Janeiro*.

Motta, L. (2013). *Análise crítica da narrativa*. Brasília: Editora UnB.

Motta, L. (2009). Narrativa jornalística e conhecimento imediato de mundo: construção cognitiva da história do presente. Em *Construir la sociedad de la comunicación* (p. 98–114).

NEVES, R. (2013). História e turismo: a “mercadorização” do “patrimônio histórico” e a elitização da área central de Tiradentes, Minas Gerais (1980-2012). Mestrado em história. Universidade Federal de São João Del Rei, São João del-Rei.

Orlando, Werneck, M., & Ramos Novaes, P. (2020). Contradições do experimento neoliberal do Porto Maravilha no Rio de Janeiro. *Revista de urbanismo*, 42, 1–16. DOI: 10.22296/2179-8966v4n0p5-26

Santos, T. B., Bassetti, & Elicher, M. J. (2013). Turismo e Produção do Espaço na Cidade do Rio de Janeiro. *Revista Turismo em Análise*, v, 24, 654–675. DOI: 10.11606/issn.1984-4867.v24i3p654-675

TROTTA, Felipe Costa. Juízos de valor e o valor dos juízos: estratégias de valoração na prática do samba. *Galáxia. Revista do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Semiótica*, n. 13, p. 115-127, 2007. DOI: 10.1590/S1982-25532009000100009

Tuan, Y. F. (2013). Espaço e lugar:: A perspectiva da experiência. *SciELO-EDUEL*.

